

principal total de todos os contratos em 31 de dezembro de 2016 é USD 16.661. Estes contratos foram finalizados ao longo de 2017. Em dezembro de 2018 foi realizada a liquidação de todos os empréstimos e financiamentos da Companhia. **17. Passivos de arrendamento financeiros**

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Menos de um ano	1.162	1.162	103	103	1.059	1.059
Entre um e cinco anos	947	2.109	41	144	906	1.965
Total	2.109	3.271	144	247	1.965	3.024

A Companhia efetuou aquisição de veículos industriais através de *leasing* financeiro para utilização dentro de seu parque industrial. O contrato de *leasing* foi firmado em agosto de 2014 e os primeiros veículos industriais foram entregues a partir de outubro de 2014. O prazo de vigência do contrato é de 60 meses. O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. A Companhia não pode estimar de forma confiável os valores justos relativos ao elemento de arrendamento e outros elementos dos pagamentos necessários. Assim, no início do arrendamento a Companhia reconheceu um ativo e um passivo em um montante igual ao valor justo estimado do equipamento. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros de 3,78% a.a. **18. Provisões, Contingências e Depósitos judiciais:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias	-	-	25.749	13.239
Cíveis	-	-	151	900
Trabalhistas e previdenciárias	12.335	13.068	9.843	7.742
Ambiental	-	-	1.017	-
Restauração ambiental (Nota Explicativa 3.10)	-	-	72.612	71.380
	12.335	13.068	109.372	93.261
Circulante	-	-	9.303	7.903
Não circulante	12.335	13.068	100.069	85.358

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.967	68.497
Adições	1.055	31.516
Baixas	(498)	(11.425)
Atualização monetária	1.544	4.673
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.068	93.261
Adições	1.074	22.955
Baixas	(2.796)	(11.461)
Atualizações monetárias	989	4.617
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.335	109.372

a. Natureza das provisões: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituídas em 31 de dezembro de 2018 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R\$36.760 (R\$21.881 em 2017). A natureza das obrigações pode ser resumizada como segue: • **Tributárias** - A provisão realizada consiste em discussão sobre a incidência de contribuições previdenciárias sobre previdência complementar e participação nos lucros e resultados pagos pela empresa no período de janeiro/2001 a dezembro/2005, assim como, glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2013. • **Trabalhistas** - As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações sobre doença ocupacional e acidente equiparado a doença. • **Restauração ambiental** - A Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente no não circulante no valor de R\$51.748 (49.953 em 2017). • Adicionalmente, a Companhia mantém uma provisão ambiental para a restabelecimento de uma área que era utilizada como depósito de rejeitos. Este montante está registrado no não circulante no valor de R\$20.864 (R\$21.427 em 2017) encontra-se a valor presente e é atualizado mensalmente. **b. Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2018	2017
Tributárias (i)	487.904	503.564
Ambientais (ii)	676.229	5.822
Cíveis (iii)	144.401	141.316
Trabalhistas (iv)	35.937	44.441
	1.344.471	695.143

(i) As contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos relativos ao não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2008 e 2011, às glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2013, à suspensão/isenção de tributos federais em operações de importação através do regime de *drawback*. (ii) As contingências ambientais são referentes a pedidos de indenizações a danos ambientais e morais, com a alegação de que as empresas depositam substâncias nocivas ao meio ambiente em local denominado como reserva ecológica e questionam a legitimidade das licenças Ambientais usadas na operação de seus depósitos de resíduos. O impacto se deu por três novas ações iniciadas em 2018 que envolvem R\$533.494 e mudança de prognóstico em ação da mesma natureza iniciada em 2017. (iii) O montante relacionado às contingências cíveis não provisionadas refere-se, principalmente, a constatação, por parte da Albras, da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres, e o processo TUST (Tarifa de uso do sistema de Transmissão) que se refere ao pedido de indenização das transmissoras de Energia através da ABRACE

(Associação Brasileira de Grandes Consumidores) face à União Federal e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, assim como, uma nova ação por reclamação de perdas por ausência de correção do contrato. (iv) As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações de ex-empregados próprios e de empresas contratadas sobre doença ocupacional e acidente equiparado a doença. **19. Patrimônio líquido: a. Capital:** O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$1.00 por ação. As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade. A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade. Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, A Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta ações) ações ordinárias, de Classe A. **b) Reservas de capital:** A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. **c. Reserva de reavaliação:** A realização dessa reserva é efetuada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. **d. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **e. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **f. Destinação do resultado do exercício:** A administração propõe aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	126.099	254.303
Reserva Reavaliação/especial - realização	1.548	2.530
Lucro ajustado com a realização da reserva	127.647	256.833
Reserva legal - constituição	(6.305)	(12.715)
Total	121.342	244.118
Resultado do exercício a ser destinado:	121.342	244.118
Dividendos propostos (50%)	(60.671)	(122.059)

Reserva de lucros para expansão e investimentos - constituição (60.671) (122.059)
Com base na disposição do parágrafo 5º do artigo 202 da lei 6.404/76, foi aprovado, durante o exercício de 2018, o não pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido de 2017 no valor de R\$122.059, de tal modo este foi, por decisão unânime do conselho de administração, devolvido às reservas de lucro da Companhia.

20. Receitas (despesas) operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	2017
Vendas e comerciais		
Taxas e serviços carga	(68.755)	(80.877)
Demurrage	(1.282)	(2.321)
Partes Relacionadas	(99.112)	(76.185)
	(169.149)	(159.383)
Gerais e administrativas		
Pessoal e Benefícios	(19.642)	(17.161)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(11.779)	(11.770)
Despesas de viagem	(318)	(324)
Tributos	(7.970)	(7.114)
Partes relacionadas	(45.838)	(38.699)
Depreciação e amortização	(6.780)	(6.566)
Outras	(149)	(1.318)
	(92.476)	(82.952)
	(1.042)	(1.203)

Remuneração dos administradores

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	2017
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	(12.931)	(6.763)
Despesas decorrentes do corte de produção	(25.843)	-
Revisão de créditos tributários	(37.746)	-
Ajuste de inventário	(7.789)	(9.462)
Sinistro	(11.698)	(8.829)
Provisão Beneficiamento RGC	(1.013)	2.222
Reintegra	9.492	26.022
Provisão de Obsolescência	(2.421)	(2.135)
Perda/ganho pré-pagamento - Elettronorte	4.937	4.426
Provisão perdas com ações - Eletrobrás	701	(301)
Pis/COFins sobre outras receitas	(6.088)	(6.067)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	-	(120)
Provisão para devedores duvidosos	(1.499)	(160)
Créditos de energia reserva	51.945	55.030
ICMS sobre outras operações	(293)	-
Receita venda de ativos	1.223	2.737
IPTU (2012 a 2016)	-	(10.511)
Baixa de ativos	(1.818)	(20.743)
Provisão contingência área de eliminação de resíduos	537	(21.427)
Ressarcimento Proc. 0007328-92.1996.4.01.3900		
PIS/COFINS	4.977	-
Outras	1.456	799
	(33.871)	4.718
Despesas operacionais	(296.538)	(238.820)

continua